DISPUTAS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DISCIPLINAR DA "MODERNA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA": A ANPUH E A RBH COMO ESPAÇOS DE ENFRENTAMENTO (1980-2011)

DISPUTES ABOUT THE CONSTRUCTION OF THE DISCIPLINARY MEMORY OF "MODERN BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY": ANPUH AND RBH AS SPACES OF CONFRONTATION (1980-2011)

Wagner Geminiano dos Santos[1]

RESUMO

Este texto tem por objetivo discutir como a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Revista Brasileira de História (RBH) participam da construção da memória disciplinar da historiografia brasileira, a partir de 1981, quando da criação da revista e publicação de seu primeiro número. Neste sentido, procuramos pensar as relações institucionais, políticas e intelectuais que possibilitaram a construção de uma memória disciplinar para o campo da História no Brasil. E como, a partir destes elementos e lugares, alguns debates, conflitos e disputas irão permear a construção desta memória. Sendo a mais evidente e emblemática destas disputas a que opõe a historiografia paulista, ou melhor, a historiografia produzida a partir das instituições instaladas em São Paulo, notadamente a USP e a UNICAMP, à historiografia fluminense. Disputa esta que visa definir o *locus* norteador e irradiador da "moderna historiografia brasileira", ao se apresentar como um espelho da própria em que se refletiriam suas regras, procedimentos e nomes de referência.

PALAVRAS-CHAVE: Memória disciplinar. Historiografia brasileira. RBH. ANPUH.

ABSTRACT

This text aims to discuss how ANPUH and the Brazilian Journal of History participate in the construction of the disciplinary memory of Brazilian historiography, especially since 1981 when the magazine was created and published its first edition. In this sense, we try to think about the institutional, political and intellectual relations that made possible the construction of a certain disciplinary memory for the field of History in Brazil from then on. And how, from these elements and places, some debates, conflicts and disputes have permeated the construction of this memory. Perhaps the most evident and emblematic of these disputes was the one that opposes the historiography produced by the institutions installed in São Paulo, notably USP and UNICAMP, to the historiography made by Rio de Janeiro. This dispute aims to define the guiding locus of "modern Brazilian historiography", when it presents itself as a mirror of the rules and procedures came from those states.

Keywords: disciplinary memory, brasilian historiographic, RBH, ANPUH

[1] Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE. Endereço: Rua Antonio Waldemar Acyoli Belo, N 113, Ap. 01, Centro, São José da Coroa Grande – PE, CEP: 55565-000. E-mail: wagnerbarauna@yahoo.com.br

No livro *Historiografia Brasileira em Debate*: *olhares, recortes e tendências*, uma coletânea de textos publicado em 2002, a sua organizadora, Eni de Mesquita Samara, procurava fazer um balanço da produção historiográfica brasileira dos anos anteriores, em especial daquela produzida nas décadas de 1980 e 1990, publicada e circulada pela Revista Brasileira de História (RBH). Ela apontava que, ao longo desses anos, cerca de 20% dos trabalhos publicados na RBH eram de cunho historiográfico[2]. No entanto, praticamente nenhum desses trabalhos tem uma preocupação clara em discutir ou em pensar o que era, como era praticada ou como poderia ser feita a história da historiografia no país. Além disso, não há uma maior preocupação teórico-metodológica e epistemológica nestes artigos em estabelecer uma crítica historiográfica mais contundente acerca do que se produzia ou produziu no país até aquele momento, seja como balanço, seja como crítica historiográfica propriamente dita. Neste sentido, aquilo que Samara nomeia como trabalhos de "cunho historiográfico" ainda parecia estar distante do sentido que estas discussões vão ganhar ao longo deste período. Jurandir Malerba, ao fazer a avaliação de alguns destes trabalhos publicados, sobretudo no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, vai apontar para esta indefinição da seguinte maneira:

> Parece patente ainda o caráter extremamente isolado e provinciano de nossa crítica historiográfica, que reluta ousar balanços mais amplos que incluam todos os centros do país. Isso talvez se deva, em boa medida, primeiramente ao caráter extremamente incipiente dessa prática no Brasil. Enquanto em outros países, como os Estados Unidos, a crítica historiográfica é um ramo consolidado da atividade dos historiadores profissionais, aqui parece que escrever uma resenha ou um ensaio bibliográfico é tido como atividade menor.
>
> Talvez pela própria fragilidade dos estudos historiográficos no Brasil, falta uma discussão conceitual mais consequente em torno do tema. Não é possível cada um entender por historiografia aquilo que bem lhe aprouver. [3]

Essa fragilidade e indefinição acerca das discussões em torno da história da história são patentes nas páginas da RBH, malgrado o diagnóstico de Samara. Fazer a história da historiografia brasileira não se constituiu, em nenhum momento, ao longo das décadas de 1980 e 1990, em uma questão central para os autores e historiadores que publicaram nas páginas da Revista Brasileira de História. Isto ocorre, em grande medida, pelo fato de que a RBH e a ANPUH, ao longo desse período, colocaram-se como representantes diretos dos

[2] Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. **Historiografia brasileira em debate**: olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas, 2002.

[3] Cf. MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História,** v. 10, n. 1/2, p. 181-210, 2002. p. 199.

principais centros de produção historiográfica do país, notadamente a USP e a UNICAMP, constituindo-se, dessa maneira, como principal espaço de circulação e disseminação do saber histórico produzido nesses centros.[4] Ao adotar esta postura, a RBH se assumia, assim como a própria representação da historiografia brasileira. A Revista e seus editores a disporão, ao longo daquele período, como um elemento fundamental na construção deste campo no país, o que fazia com que dessem pouquíssimo ou nenhum espaço para reflexões e ou discussões que buscassem historicizar a própria história da história no Brasil. Uma vez que isto significaria colocar em questão a própria posição da ANPUH e de sua revista para a construção deste campo. À medida que fazer a história da história significa, dentre outras coisas, desenovelar todas as relações sociais, políticas e institucionais que possibilitavam a Revista ser o que ela era nos finais dos anos 1990. Significava desnudar como a construção da historiografia brasileira pós-institucionalização das pós-graduações, após a década de 1970, deu-se seguindo procedimentos pouco ortodoxos, científicos e/ou epistemológicos. E este não parecia ser o interesse político e institucional daqueles que editoraram a revista ou estiveram à frente da ANPUH ao longo dessas duas décadas. Nos artigos nela publicados e circulados, não há o interesse de questionar esta construção, mas de justificá-la, reforçá-la, legitimá-la. A revista e os escritos aí publicados se colocavam, portanto, como mais um espaço institucional, ao lado das pós-graduações, movido e colocado a serviço da configuração de uma nova geografia disciplinar do saber histórico no país.

Há um traço definidor dessa empreitada, ao menos até o início dos anos 2000, qual seja: o projeto político e institucional que a RBH encampa para definir, ou melhor, para ajudar a construir a imagem da historiografia brasileira é um projeto eminentemente paulista. É a historiografia produzida nas instituições de São Paulo, são os professores e historiadores a elas ligados, são os seus estudantes de graduação e, principalmente, de pós-graduação, liderados por uma gama bem particular de mestres e orientadores que foram os responsáveis por definir, nas páginas da RBH, os caminhos que deveriam ser trilhados por aquilo que eles chamavam de historiografia brasileira ou da "moderna historiografia brasileira". A historiografia e os historiadores, notadamente aquela e aqueles ligados à USP e à UNICAMP, serão vistos e ditos como nacionais, enquanto outros de outras instituições e espaços do país vão receber a pecha de regionais, de historiadores paroquiais, localistas. A ANPUH e a RBH como instituições com forte representação paulista ou como expressão da historiografia aí

[4] Cf. SANTOS, Wagner Geminiano. Debates, conflitos e tensões institucionais na ANPUH: a criação da Revista Brasileira de História (RBH) no início dos anos 1980. **Revista Campo da História**, FAFICA, Caruaru, n. 1, v. 1, 2017, p. 80-96.

forjada e produzida podem ser apontadas ainda como um desdobramento político e institucional dos acontecimentos que levaram à criação e à formação da USP em 1934. Ou ao menos é a esta tradição de acontecimentos ou a esta origem que quer fazer remeter determinados discursos, posicionamentos e presenças institucionais tanto na ANPUH quanto na RBH.

No discurso fundador da RBH, Alice Canabrava procurava estabelecer esta continuidade, construir esta origem e estabelecer esta tradição ao afirmar:

> A mensagem dos docentes de História formados pelas Faculdades de Filosofia significou a renovação do pensamento histórico brasileiro tradicional. Famosos mestres franceses foram chamados a colaborar e deram uma contribuição fundamental. Sua influência revigora-se continuamente com o fluxo, não interrompido no presente, de licenciados para as universidades francesas e a atualização sempre viva quanto às novas correntes que enriquecem o pensamento histórico. Metodologicamente tem sido este o crédito maior para o desenvolvimento da moderna historiografia brasileira, e viria a se refletir nos trabalhos da Associação. Qualificando-a como moderna, queremos significar sua distinção com referência a outras correntes do pensamento histórico brasileiro. A História é compreendida no centro das Ciências do Homem e cada uma das suas qualificações, no universo da História Geral. Destarte, ao desenvolver-se a nossa entidade, tornaram-se claros os vínculos que a ligavam ao movimento intelectual que se expressa, desde 1929, nas páginas dos **Annales**.[5].

Com esse discurso, Canabrava não só vincula a historiografia produzida pela ANPUH à tradição daqueles que para ela são os pais fundadores da "moderna historiografia brasileira", que seriam os historiadores franceses que para aqui vieram na década de 1930, nas famosas missões francesas que fundaram a USP em 1934, mas também a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, posteriormente tornada Universidade do Brasil (UB) em 1939. Muito embora, no conjunto do discurso fundador de Canabrava transpareça muito claramente apenas o destaque às missões francesas em São Paulo, da qual a autora foi um dos primeiros quadros formados juntamente àquele que seria o triunvirato do sistema de cátedras da USP: Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo R. de Mello e Eduardo D'Oliveira França[6]. Estes,

---

[5] Cf. CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 1, p. 1-11, 1981. p. 04.

[6] Ver ROIZ, Diogo da Silva. Dos 'discursos fundadores' à criação de uma 'memória coletiva': as formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 19, p. 137-185, jan/jun 2009. ______. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino:** a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba/PR: Appris, 2012. V. 1. 266 p. ______; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira:** leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012. V. 1. 296 p. ______. Os projetos de escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo

junto com Canabrava e Olga Pantaleão, comporiam o quadro mais destacado dos historiadores formados pelas primeiras missões francesas em São Paulo, em especial pela presença e orientação de Fernand Braudel e seu sucessor, Jean Gagé; muito embora aquele ainda não fosse o Braudel da 2ª Geração dos *Annales*, e sim apenas um historiador em início de carreira, recrutado para contribuir com a instalação de um "departamento francês de ultramar" que resguardasse e replicasse a influência intelectual francesa nestas plagas[7].

Além de estabelecer claramente essa relação, Canabrava procura relacionar a "moderna historiografia brasileira", do ponto de vista teórico e metodológico, ao "movimento intelectual que se expressa, desde 1929, nas páginas dos *Annales*". E, ao fazer isso, retrospectivamente, em 1981, ano de criação de uma outra Revista, a RBH, ligada à principal associação de historiadores do país, a ANPUH, da qual ela era a presidente naquele momento, configura-se num gesto simbólico de constituição de pertencimentos políticos e institucionais, não só para ela, mas, sobretudo, para a Associação e para a Revista recém-criada. Desta forma, Canabrava dava-lhe, de uma só vez, uma memória histórica e a filiava a uma tradição intelectual e historiográfica que, segundo alguns historiadores como Lynn Hunt, havia provocado uma "revolução" na historiografia mundial ao longo do século XX, ao se assumir como a vanguarda da renovação historiográfica no Ocidente. Parece ser justamente a estes mesmos significados e simbolismo que Canabrava quer remeter tanto a ANPUH quanto a RBH. A construção desta tradição e das relações institucionais e políticas daí derivadas vão se fazer presentes de forma avassaladora nas páginas da RBH, particularmente, na constituição das redes intelectuais que irão ser hegemônicas nas publicações e definição dos temas, objetos, abordagens e perspectivas que irão ser publicadas e circuladas na revista nas décadas seguintes.

Na construção da hegemonia dessas redes na ANPUH e na RBH, um primeiro movimento que ficou claramente observado quando fiz a genealogia das orientações daqueles que publicaram na Revista foi a exclusão da influência das missões francesas que se deslocaram para o Rio de Janeiro e que ajudaram a criar a UDF, depois UB e, posteriormente, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). Há pouquíssimos historiadores que tenham publicado na Revista que faça parte da tradição ligada às missões que se dirigiram para o Rio de Janeiro, que, como vai dizer Marieta de Moraes Ferreira, era composta de historiadores

---

nos anos 1930 e 1940? **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 5(10), p. 10-46, 2013. ______; FARIAS, M. N. Eduardo D'Oliveira França e a escrita de uma História das Civilizações (1942-1968). **Emblemas** (UFG. Catalão), v. 8(1), p. 129-167, 2011.

[7] Ver a este respeito: FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício:** a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.; RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **Revista de História da Historiografia,** Ouro Preto, n. 11, p. 85-103, 2013.

franceses muito mais experientes e renomados, a exemplo de Henri Hauser, do que os que seguiram para São Paulo[8]. Além disso, o curso de História implantado no Rio de Janeiro contava com a presença de grandes nomes, já à época, do pensamento social brasileiro como Sérgio Buarque de Holanda[9] – aquele que vai ser institucionalizado como um dos grandes modelos de historiador brasileiro, lembrado, em especial, pela sua passagem pela USP – e Gilberto Freyre em seus quadros fundadores, quando estes já haviam publicado suas principais obras, respectivamente, *Raízes do Brasil* e *Casa Grande & Senzala*.

Contudo, o silenciamento e a marginalização da "tradição" historiográfica produzida no Rio de Janeiro são elementos fundamentais na construção política e institucional da RBH. Voltaremos a este ponto um pouco mais adiante. Antes quero destacar outro movimento: dentro da própria tradição paulista, derivada das missões francesas na USP, os historiadores ligados à ANPUH e à RBH, sobretudo após a morte de Eurípedes Simões de Paula em 1979, farão suas escolhas e construirão suas redes a partir de determinados troncos intelectuais comuns. Neste processo, Eurípedes Simões de Paula, que havia comandado com mãos de ferro a ANPUH desde a sua fundação; que detinha o controle editorial da Revista de História da USP e dos Anais da Associação e que foi o principal nome do sistema de cátedras da USP até a sua morte, vai ser silenciado não só pelo fato de sua morte física, como também por sua morte simbólica e intelectual promovida tanto pela ANPUH, quanto pelas páginas da RBH. A associação e a Revista matam duplamente Simões de Paula, à medida que, depois de sua morte, nenhum dos presidentes, membros da diretoria da Associação, editores da Revista e das centenas de historiadores que publicaram na RBH têm qualquer tipo de relação com as redes intelectuais que ele havia construído em vida. Simplesmente há apenas um orientando seu publicando na revista, Aldo Janotti, com um artigo publicado no primeiro número da revista[10], assim como não há nenhum editor da revista ou presidente da ANPUH, após sua morte, que se possa estabelecer qualquer relação direta ou indireta com as redes políticas e intelectuais que orbitavam em torno dele.

Diferentemente do que vai ocorrer com os outros dois membros do triunvirato de catedráticos uspianos Eduardo D'Oliveira França e Astrogildo R. Mello, em especial o

[8] Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício:** a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
[9] Sérgio Buarque de Holanda só assume a cátedra Civilização Brasileira na USP, em 1958, após a morte de Alfredo Ellis Jr.
[10] Cf. RBH. Isso explica muito o fato de Eurípedes Simões de Paula e sua produção historiográfica serem ilustres desconhecidos entre imensa maioria dos historiadores brasileiros da atualidade, salvo raras exceções de especialistas versados na história da historiografia brasileira do século XX, em especial da historiografia universitária. Ver, por exemplo, Roiz (2009).

primeiro. Os orientandos destes dois catedráticos e as redes intelectuais formadas pelos mesmos irão hegemonizar a ANPUH e a RBH ao longo das décadas de 1980 e 1990. Dos orientandos de Eduardo D'Oliveira França, temos nomes como José Jobson de Arruda, Arnaldo Daraya Contier, Anna Maria Martinez Corrêa, Manuel Nunes Dias[11], Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota[12], Fernando Antônio Novais[13], Sônia A. Siqueira e Arno Wehling, todos eles com suas teses defendidas antes de 1973, até então no chamado sistema antigo, em que estavam vinculados às cadeiras dos catedráticos ou às temáticas mais gerais[14].

Os historiadores acima e suas redes intelectuais hegemonizarão aquelas duas instituições ao lado dos orientandos de Astrogildo R. Mello, em especial os ligados à rede intelectual que se organiza em torno de sua orientanda e assistente, Myriam Ellis, que orientará, dentre outros historiadores, Nanci Leonzo, Edgard Carone, Laima Mesgravis e Anita Novinsky. Além das redes intelectuais formadas em torno dos nomes de Astrogildo Mello e Myriam Ellis, dois catedráticos da "geração de formadores"[15], há, com a entrada de Sérgio Buarque de Holanda na USP, em 1958, a formação de uma consistente rede intelectual em torno de seu nome, que se estenderá também até os anos 1980 e 1990 nas páginas da RBH, com uma presença marcante dos orientandos de seus orientandos e até mesmo destes publicando na Revista e participando das diretorias da ANPUH. Holanda foi o responsável pela orientação de historiadores como Maria Odila Leite Dias[16], Boris Fausto, Maria Thereza Shörer Petrone[17], Suely Robles Reis de Queiroz e José Sebastião Witter[18], por exemplo.

---

[11] Manoel Nunes Dias orientará nomes como Hector Hernán Bruit, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula e José Ribeiro Júnior.

[12] Carlos Guilherme Mota é um caso emblemático, uma vez que boa parte de seus orientandos vão migrar da USP para formar o programa de pós-graduação da Unicamp, num movimento claramente articulado e pensado em termos políticos, institucionais e culturais. Foram seus orientandos: Maria Stella Martins Bresciani, Maria Helena Rolim Capelato, Edgar Salvadori de Decca, Ademir Gebara, Adalberto Marson, Izabel Andrade Marson e Maria Lígia Coelho Prado. Com exceção de Capelato e Prado, todos os outros foram professores que migraram da USP para formar o PPGH da UNICAMP.

[13] Fernando Novais foi orientador de historiadores como Silvia H. Lara e Laura de Mello e Souza, dois nomes que ganharão destaque na produção historiográfica brasileira dos anos 1980 e 1990 por renovarem campos específicos deste saber no país. A primeira por contribuir para a renovação da historiografia da escravidão, e a segunda por ser uma das introdutoras da chamada história das mentalidades ou do imaginário no Brasil a partir da sua tese transformada em livro, *O diabo na terra de Santa Cruz*.

[14] Cf. MESGRAVIS, Laima. O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 5, p. 87-118, 1983.

[15] Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia. A escola uspiana de História. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). **Produção Histórica no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1994.

[16] Maria Odila Leite Dias orientou historiadores que se tornaram nomes emblemáticos da chamada renovação historiográfica brasileira dos anos 1980, a exemplo de Alcir Lenharo e Nicolau Sevcenko.

[17] A rede intelectual que se formou em torno de Maria Thereza Shörer Petrone é bastante extensa e comporta historiadores que fizeram escola na construção de redes intelectuais dentro da ANPUH e da RBH, definindo

Essas redes intelectuais não vão hegemonizar a ANPUH e a RBH à toa. Elas vão expressar no interior destas duas instituições o mesmo projeto que as missões francesas buscaram instituir, com a criação e formação da USP em 1934, que era compensar a derrota de São Paulo em 1932, a partir da construção de seu pioneirismo e hegemonia no campo cultural e intelectual frente ao restante do país. Fazer da historiografia produzida em São Paulo a historiografia do Brasil tem um sentido político muito claro: dar a centralidade ao estado e as suas instituições de definirem o que é e como deve ser feita, produzida e validada a historiografia brasileira e, acima de tudo, dizer o que é a História do Brasil, narrando-a a partir do ponto de vista de suas instituições culturais e intelectuais. E em nenhum outro espaço, ao menos ao longo das décadas de 1980 e 1990, essa premissa foi tão inconteste quanto nas páginas da RBH. Nesta, a historiografia brasileira passa inexoravelmente por São Paulo. São Paulo é seu grande centro catalisador, irradiador e difusor. O estado e suas instituições, notadamente a USP e a UNICAMP, seriam as locomotivas da "moderna historiografia brasileira".

Para Capelato, Glezer e Ferlini, a "moderna historiografia brasileira" nasceu com a criação da Faculdade de Filosofia na USP. Mesmo discurso encampado por Alice Canabrava no texto de fundação da RBH em 1981 e reverberado por Laima Mesgravis em 1983, em texto publicado também na RBH sobre a pós-graduação da USP[19]. Isto explica, ao menos em partes, a centralidade das redes intelectuais movimentadas em torno de nomes como Eduardo D'Oliveira França, desde o início colocado como o principal continuador do legado de Braudel, dos *Annales* e da renovação provocada por estes, dentro da historiografia uspiana e, portanto, brasileira. Isto explica também e muito a centralidade que a rede intelectual que se forja a partir de seu nome vai ter na ANPUH e na RBH. Mais da metade daqueles que publicaram e participaram de editorias da RBH ou das diretorias da ANPUH têm relações diretas ou indiretas com a rede intelectual que orbita em torno do nome de Eduardo D'Oliveira França. As redes que giram em torno de Sérgio Buarque de Holanda e Astrogildo Melo são responsáveis por quase todos os demais autores que aí publicaram, ficando uma

campos e referências como já apontado aqui. São eles: Janaina Passos Amado, Maria Antonieta Martinez Antonacci, Esmeralda Luiz Blanco, Ida Lewkowicz, Eni de Mesquita Samara, Augustin Wernet, Ernesta Zamboni.

[18] José Sebastião Witter orientará nomes como: Ismênia de Lima Martins, Victor Vicent Valla, Maria Clementina Pereira da Cunha, Janice Teodoro da Silva, Rosa Maria Godoy Silveira e Ítalo Arnaldo Tronca.

[19] Ver a este respeito: CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia. A escola uspiana de História. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). **Produção Histórica no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1994.; CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 1, p. 1-11, 1981. e MESGRAVIS, Laima. O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 5, p. 87-118, 1983.

minoria de autores e historiadores marginalizados e silenciados pela construção desta hegemonia que define lugares, tradições e se funda, sobretudo, inspirada numa tradição historiográfica francesa orientada pela suposta hegemonia da influência dos *Annales*, o que se explicita claramente no texto apologético de Capelato, Glezer e Ferlini sobre a Escola Uspiana de História e na divisão que elas fazem, desta suposta escola, em três gerações, bem aos moldes da divisão comumente estabelecida para se estudar a escola dos *Annales*[20].

Dentro desse contexto, a formação do programa de pós-graduação em História da UNICAMP, à primeira vista, poderia parecer um ponto fora da curva ao longo dos anos 1980 e 1990. Contudo, não é. A ruptura ensaiada com a tradição uspiana pelos unicampistas, que passam a se apresentar como a vanguarda da renovação historiográfica brasileira[21] se dará muito mais no sentido de uma abertura de espaço político e institucional dentro dos mesmos marcos de centralidade política e cultural das instituições paulistas sobre a historiografia nacional do que propriamente uma ruptura com este projeto maior. Se a USP era a Sorbonne brasileira, a Unicamp procurava se apresentar como uma nova Estrasburgo. Se os historiadores uspianos construíam seu poder sob as bases do *stablishment*, da tradição e relações institucionais com os *Annales* e com uma dada tradição marxista, os unicampistas vão fazer a devida crítica a esta centralidade e vão adotar uma outra tradição, a da *social history* inglesa, ou mais propriamente da "história vista de baixo", aos moldes praticados por E. P. Thompson, assim como os *insigths* advindos do pensamento e obra de Michel Foucault, em especial uma apropriação de conteúdo de sua obra que legitimasse a tomada de posição política renovadora encampada pelos unicampistas[22]. Esta crítica à centralidade dos *Annales*, na construção da "moderna historiografia brasileira", vai ser feita de forma enfática por Edgard Salvadori de Decca, procurando marcar o distanciamento dos unicampistas desta tradição nos seguintes termos:

---

[20] Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia. A escola uspiana de História. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). **Produção Histórica no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1994. e MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História,** v. 10, n. 1/2, p. 181-210, 2002.

[21] Ver a este respeito: RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014.; MORAES, José Geraldo Vinci de, e REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. e ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção de mim**: Memorial Acadêmico para o concurso de provas e títulos para o cargo de Professor de Terceiro Grau na classe Professor Titular do Departamento de História. Natal/RN: UFRN, 2006. 55 p.

[22] Cf. RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014.

> Nesse sentido, a micro-história despontou também como um caminho importante nesse campo, pois nelas aparecem as franjas das instituições, e é no cotidiano que a norma e o desvio operam com as negociações, as resistências e as descontinuidades. Então, não vejo nos *Annales* os ventos novos, e sim na micro-história italiana, na historiografia inglesa e em Michel Foucault. Na verdade, Foucault é quem acaba revalorizando os *Annales*, com a problemática das descontinuidades e das rupturas pelas margens. Ele aponta para os prisioneiros, para aqueles que estão no silêncio das fábricas, dos hospitais, das escolas, dos hospícios, da família, justamente onde não existem ou não podem existir ações coletivas, a não ser esporádicas. Existem apenas atitudes de sujeitos, que se constituem como tal, negociando, desviando, resistindo etc. Por isso, nós não podemos ficar pagando tributo aos *Annales*. Parece que tudo nasce e tudo termina nos *Annales*. Nós na Unicamp tratamos de todos esses “novos objetos” e das “novas abordagens” com pouquíssima influência dos *Annales.*[23].

Decca se utiliza muito claramente de argumentos de ordem teórica e epistemológica para marcar uma distância política e institucional em relação à USP. E faz isto tecendo duras críticas à centralidade dada aos *Annales*. Criticar os *Annales* era criticar politicamente a postura historiográfica assumida pela “escola uspiana de História”. E, acima de tudo, abrir espaço para o próprio programa da UNICAMP dentro do projeto político institucional de construção da “moderna historiografia brasileira” ao longo das décadas de 1980 e 1990. Dentro desse projeto, os unicampistas não queriam tirar ou questionar a centralidade paulista ou estabelecer uma discussão acerca do que era esta própria produção, mas, a partir do deslocamento teórico e epistemológico de uma determinada tradição para outros enfoques, queria-se permitir o alargamento das fronteiras do campo disciplinar para o enquadramento de novos sujeitos historiadores e das redes intelectuais que eles estavam montando, já distantes dos enredos originários na USP, no entanto, sem deixar de ser decorrente deles, uma vez que a maioria dos professores que compõe o programa da Unicamp é oriunda do mesmo tronco comum que remete a Eduardo D’Oliveira França, Sergio Buarque de Holanda e Astrogildo R. Mello. Portanto, é uma ruptura apenas aparente, num plano teórico e institucional, mas que preserva as mesmas bases políticas de fundo. É a construção da polêmica entre pares para se conseguir a visibilidade necessária para se assumir um lugar de destaque pelo confronto com o estabelecido, neste caso a USP, os *Annales* e a “velha guarda marxista”[24]. Num momento em

[23] Cf. MORAES, José Geraldo Vinci de, e REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 280.

[24] Não tratarei, neste texto, da disputa dos “unicampistas” com a “velha guarda marxista” uspiana, pois demandaria um artigo à parte. Restrinjo-me a discutir, de forma mais elaborada, a crítica feita à memória disciplinar que coloca as missões francesas e a tradição dos *Annales* como centrais na formação da “moderna historiografia brasileira”. Contudo, indico a tese de doutorado de Igor Guedes Ramos como uma excelente

que nem na USP os *Annales* e seus novos objetos, novos problemas e novas abordagens eram mais hegemônicos, se é que algum dia o foram[25].

Contudo, a crítica mais dura feita a essa centralidade e suposta homogeneidade da tradição dos *Annales* na historiografia brasileira será feita justamente por um dos principais representantes da historiografia do Rio de Janeiro, Francisco Falcon, que também não deixava de ser uma crítica radical aos projetos político, institucional e intelectual paulistas centrados na USP, na UNICAMP e na sua conquista dos espaços institucionais de formação, regramento e validação da historiografia brasileira. Em artigo publicado em 1994, na Revista da Faculdade de Letras do Porto/Portugal, sob o título *Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas*, Falcon vai colocar esta questão da seguinte maneira:

> De facto, muitos dentre nós se tornaram um tanto ou quanto impermeáveis à ideia mesma de diversidade historiográfica, não sendo exatamente casos excepcionais os daqueles que acreditam mui ingenuamente que tudo aquilo que existe ou pode existir de importante, válido e, acima de tudo, "novo", em termos de trabalho historiador, se contém necessariamente na produção historiográfica francesa que descende dos *Annales* e se apresenta na atualidade sob o rótulo de *Nouvelle Historie*. Como esta é realmente a crença dominante entre nós, nada mais lógico, talvez, do que concluir que, se assim é no Brasil, o mesmo deve, com certeza, ocorrer em outros países, ou na historiografia contemporânea como um todo.
>
> Chamaremos então de unitária esta visão que tem como axioma a existência de um modelo único para caracterizar o trabalho do historiador – o "fazer História" – na época atual. Estamos assim em face de um modelo supostamente hegemônico, ou mesmo único, que constituiria a concepção mais autenticamente moderna da "escrita da História".
>
> Reconhecer a diversidade/pluralidade da produção historiográfica contemporânea exige, antes de mais nada, que tomemos nossas próprias distâncias em relação aos apóstolos da unidade, inclusive quanto à maneira de esses apóstolos conceberem, também eles, a diversidade. De fato, estes paladinos da unidade do fazer historiador afirmam sempre a diversidade por eles concebida, em termos de pluralidade de objetos, de abordagens e problemas. Mas não é evidentemente este tipo de diversidade que estamos a cogitar aqui.
>
> Precisamos superar os lugares-comuns já sacralizados por certa tradição a fim de que seja possível redescobrir a verdadeira pluralidade dos universos historiográficos, isto é, a existência/presença de "fazeres historiográficos" diferentes, distintos, no todo ou em parte, do fazer consagrado por aquela tradição uniformizante.[26]

leitura para se compreender esta disputa e o que ela significou para a construção do campo no país, ao longo da década de 1980. Ver Ramos (2014).

[25] Cf. MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História,** v. 10, n. 1/2, p. 181-210, 2002.

[26] Cf. FALCON, Francisco. Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas. **Revista da Faculdade de Letras-História**, Porto/Portugal: Série II, v. 11, p. 353-376, 1994. pp. 355-356.

Dessa forma, Falcon não só colocava em questão a suposta hegemonia da tradição historiográfica dos *Annales* para a constituição da "moderna historiografia brasileira", como se ela fosse a única tradição a produzir ou subsidiar uma produção nestes termos, mas também acusava os apóstolos, os paladinos da unidade que, segundo ele, só conseguiam conceber a diversidade apenas em termos de objetos, abordagens e problemas, silenciando, portanto, os diversos modos de fazer história e seus variados lugares de produção. Apesar de, neste texto, não nomear quem seriam estes paladinos e apóstolos da unidade, a crítica de Falcon é, a nosso ver, direcionada à historiografia paulista, em especial aos historiadores uspianos. É, particularmente, uma resposta às tentativas de mitologização da "escola uspiana" promovida, em especial, pelo texto já citado de Capelato, Glezer e Ferlini publicado também em 1994, na Revista Estudos Avançados. O texto de Falcon procura ser um libelo contra o tipo de discurso triunfalista e unitário predominante na memória disciplinar construída pela historiografia paulista, em especial àquela que orbita institucionalmente em torno da USP.

Uma tomada de posição contra esta mitologização, com claras finalidades políticas e institucionais, acabava silenciando, na visão de Falcon, a verdadeira diversidade/pluralidade da produção historiográfica brasileira. Uma diversidade/pluralidade que não se resumia apenas a novos objetos, abordagens e problemas, mas, principalmente, a diversas formas de escrita da história, de trabalho do historiador, de procedimentos teóricos e metodológicos e de instituições produtoras de conhecimento histórico. Com isso, Falcon recolocava a discussão a partir de uma outra ótica, a da forma, deslocando a discussão do nível do conteúdo para o polo da forma, do fazer, para se perguntar e se questionar sobre a escrita da história no país. Para indagar justamente sobre quais bases, regras e procedimentos este saber vinha sendo forjado no Brasil, Falcon vai ser, portanto, um dos primeiros historiadores do país a colocar esta questão e a estendê-la aos demais historiadores brasileiros, fazendo uma crítica radical àquela historiografia e aos historiadores a quem ele nomeia de unitaristas.

Apenas em entrevista concedida às historiadoras Márcia de Almeida Gonçalves e Rebeca Gontijo no ano de 2011 e publicada na Revista de História da Historiografia sob o título *Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon*, este vai nomear com mais clareza a quem nomeava de paladinos do unitarismo, em 1994, e explicitar as tensões, querelas e disputas existentes entre os historiadores ligados às instituições cariocas e às paulistas, notadamente a USP:

> É natural, portanto, que hoje alguns docentes da UFF estejam interessados em pesquisar autores e ideias anteriores a 1930. O pessoal da UFF sempre

> teve as suas querelas com a USP, contra aquele lugar-comum – e eu mesmo aderi a ele – de achar que a historiografia moderna no Brasil começa com Caio Prado e Sergio Buarque. Fizeram uma mudança: jogaram Gilberto Freyre para escanteio e puseram Antônio Cândido. Trata-se de demonstrar que essa ruptura precisa ser relativizada. Se andarem para trás, vão encontrar o velho Capistrano e toda uma série de autores que, nos anos 1920, questionaram os problemas do Brasil, inclusive com muita discussão no âmbito educacional. Uma discussão pedagógica muito grande. E eu me lembrei de que, anos atrás, em São Paulo, havia uma animosidade contra Anísio Teixeira e a Escola Nova. Depois vim a entender. Porque são precursores. E o pessoal de São Paulo amarrou tudo à criação da Faculdade de Filosofia (1934) e à vinda da missão francesa. Quem está estudando a missão francesa é a Marieta de Moraes Ferreira. Lembro o catálogo das teses aprovadas nessa época pela USP.[27]

Falcon, portanto, vai não só questionar a centralidade do projeto político e institucional uspiano, como também o próprio projeto político e ideológico paulista montado a partir da criação da USP em 1934. E fazer este questionamento passava, mormente, por descontruir o suposto unitarismo e a suposta homogeneidade da tradição francesa, em especial, a *annalista,* sobre a historiografia brasileira. E as armas utilizadas por Falcon e alguns outros historiadores da história no Rio de Janeiro, a exemplo de Manoel Salgado Guimarães e Marieta de Moraes Ferreira, parecem ser um pouco mais sofisticadas que aquelas utilizadas pelos unicampistas para forjarem um espaço institucional legítimo fora das influências políticas e institucionais da USP. A desconstrução empreendida por estes historiadores do Rio de Janeiro vai se dar justamente a partir da elaboração de uma forte crítica de cunho teórico, metodológico e, portanto, epistemológico, feita a partir da construção de uma história da história, produzida por estes historiadores fluminenses, que joga para o século XIX o nascimento das concepções modernas de História no Brasil, retirando com isto a centralidade dada pela historiografia paulista à criação do curso de História da USP em 1934. Neste ínterim, parecem se inserir o trabalho pioneiro de Manoel Salgado Guimarães e da professora Lúcia Maria Paschoal Guimarães sobre a historiografia do IHGB; os estudos do próprio Francisco Falcon sobre Capistrano de Abreu; os estudos mais recentes de Maria da Glória de Oliveira sobre a historiografia brasileira do século XIX e de Rebeca Gontijo também sobre Capistrano de Abreu[28].

---

[27] Cf. GONÇALVES, Marcia de Almeida e GONTIJO, Rebeca. Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon. **Revista de História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 365-382, 2011. p. 380.

[28] O Rio de Janeiro tem se transformado num importante centro de produção de História da Historiografia no país. Para suas universidades, têm migrado diversos historiadores com renome na área a exemplo de Maria da Glória Oliveira e Rebeca Gontijo na UFRJ; Tiago Nicodemo e Lucia Maria Paschoal Guimarães na UERJ; Rodrigo Turin e Pedro Caldas na UNIRIO. Além disto, já havia, anteriormente, a presença de nomes como Francisco Falcon, Manoel Salgado Guimarães e Marieta de Moraes Ferreira na UFRJ.

Eles operam, assim, uma desconstrução da narrativa construída sobretudo pelos uspianos, que colocam as missões francesas de criação da USP como o marco fundador da moderna historiografia brasileira. Desconstrução esta que ganhará contornos mais elaborados ainda com a publicação, no ano de 2013, do livro *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*, da historiadora Marieta de Moraes Ferreira, que busca historiar a criação do curso de História da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, até sua extinção em 1939; e da subsequente estruturação do Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi-UB) no Rio de Janeiro, até o período de 1966-68, quando da reforma universitária promovida pelo governo ditatorial que fragmenta a FNFi em vários institutos que seriam agrupados em torno da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nesse livro em questão, Marieta de Moraes Ferreira vai relativizar a centralidade das missões francesas no Brasil e seu direcionamento exclusivo para a formação da USP, apontando para outras experiências francesas no país, em especial as que ajudaram a criar a UDF e a UB, explicitando o caráter plural destas missões, tanto do ponto de vista dos professores que para cá foram recrutados, quanto das propostas e discussões que eles trouxeram para a construção da historiografia no país, a partir destes novos centros universitários que estavam sendo criados tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Diz Ferreira:

> Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a diversidade de composição das missões universitárias que para cá vieram. Os professores pertenciam a gerações distintas, tinham formações variadas e estavam em formações profissionais diferentes. No que diz respeito às formas de conceber e ensinar a História, também existia uma diferença gritante. Enquanto Hausser e Albertini já eram grandes professores e tinham como perspectiva o ensino de uma História social e econômica, que valorizasse o estudo das sociedades, da vida cotidiana e das relações sociais, Tapié e Bon estavam comprometidos com o estudo descritivo dos grandes eventos, batalhas e dos tratados.
> No que diz respeito às redes de relações e formas de inserção no campo intelectual francês, as distinções também eram evidentes. Hausser e Albertini eram ligados a uma tradição republicana e laica, ao passo que Deffontaines e Tapié mantinham estreita vinculação com o movimento católico.
> A comparação dos professores que vieram para o Rio com os que foram para São Paulo e participaram da criação do Curso de História da USP também é bastante reveladora. Se tomarmos os nomes de Émille Coornaert, professor de História Moderna na USP em 1935, e Fernand Braudel, sucessor de Coornaert (1936-38); de Pierre Deffontaines, professor de Geografia Humana na USP em 1935, e de seu sucessor Pierre Monbeig (1936-46), poderemos perceber características semelhantes, mas também alguns traços divergentes.

> Os professores que foram para a USP também pertenciam a gerações diferentes, eram ligados a gerações historiográficas distintas e, na França, integravam-se a redes de relações diversas. Émile Coornaert nasceu em 1886 e tinha 16 anos a mais que Fernand Braudel. Em função dessa diferença, vieram para o Brasil em estágios diferentes de suas carreiras. Coornaert já tinha concluído seu doutorado e era *directeur de recherche* da École Pratique des Hautes Études, cargo obtido numa disputa em que derrotou nada menos que March Bloch. Possuía laços estreitos na Sorbonne e contatos importantes na *Revue d'Historie Moderne et Contemporaine*.
> Já Braudel ainda estava em início de carreira. Não passava de um brilhante professor do ensino secundário que, após um estágio na Argélia e antes de vir para o Brasil, lecionara no Liceu Henri IV, em Paris. Ainda que na ocasião não tivesse contatos mais estreitos com Bloch e Febvre e não houvesse publicado nada na revista *Annales* – e muito pouco em outros periódicos –, mantinha relações próximas com Hausser e tinha espaço para publicar na *Revue de Synthèse*, de Henri Berr.[29]

Como podemos observar, as experiências das missões francesas no Brasil para a criação das primeiras universidades brasileiras e dentro delas as Faculdades de Filosofia e os Cursos de História e Geografia, em especial os da USP e da UDF/UB, não foram nada homogêneas. Muito pelo contrário, segundo Ferreira, prevaleceu a diversidade, a pluralidade e só, posteriormente, parece haver um esforço de construção de uma memória que mitifica determinadas experiências em detrimento de outras, a exemplo da memória em torno da criação da USP, de seu curso de história e da presença de Braudel como elemento central nesta construção que haveria redundado, segundo Capelato, Ferlini, Glazer, Mesgravis, Canabrava e outros, no evento fundador não só dos primeiros passos da profissionalização do historiador no país, mas, sobretudo, a pedra inaugural de nossa "moderna historiografia brasileira". Contudo, o texto de Ferreira desconstrói esta narrativa e aponta para o caráter contingente e interessado desta construção que até então reverbera na própria lógica de produção da historiografia brasileira ainda presente nos anos 1980 e 1990, em especial nas páginas da Revista Brasileira de História. Neste sentido, o livro de Ferreira é uma arma de combate a esta narrativa. É um instrumento heurístico forjado para desmontar os enredos desta memória e desta tradição sobre a historiografia brasileira das últimas décadas. Inclusive fortemente marcada pelo poderio político e institucional da USP, matizada pelos paladinos do unitarismo e da suposta hegemonia da tradição francesa e *annalista* sobre a historiografia brasileira, como havia denunciado Falcon ainda na década de 1990.

O livro de Ferreira, neste sentido, tem um claro objetivo político: abrir a possibilidade de se pensar a história da história no Brasil a partir de outros enfoques, lugares, tradições e

[29] Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício:** a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013. pp. 97-98.

possibilidades; para além da centralização exercida pelas instituições paulistas, notadamente a USP e a UNICAMP, e da "escola historiográfica uspiana" como irradiadora da historiografia nacional. Enfim, o que se está disputando com estas ações é a construção da memória disciplinar da "moderna historiografia brasileira". Batalha esta que desponta como uma das mais ardentes nos dias que correm, e que coloca no centro das disputas e, muitas vezes, das fogueiras das vaidades e da formação do campo disciplinar e do ofício do historiador no Brasil uma área que vem ganhando bastante centralidade no campo do saber histórico no país: a história da historiografia. No entanto, esta é uma outra história, para um outro momento e texto. Cabe apenas registrar, por agora, que a constituição do campo disciplinar da História no Brasil é um espaço ainda em disputa e atravessado por inúmeros enfrentamentos, afrontamentos, discursos e práticas que inventa(ria)m uma memória disciplinar em consonância com os lugares políticos, sociais e institucionais dos grupos que hegemonizam o campo, em especial a partir da ANPUH e da RBH, espaços privilegiados destas disputas.